

Ata de Reunião (Nº 370)

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, por meio de videoconferência, realizou-se Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Previdência (C.M.P.), com a presença dos membros titulares: **Adriana Rambaiolo Tonin (CP RPPS CODEL I), Adriano Antônio Pazianoto (ANBIMA CPA-10, CP RPPS CGINV III, CP RPPS DIRIG III e CP RPPS CODEL II), Giuliano Cléber Coltro (CP RPPS CODEL I), Rosimere Cleide Souza Desidério (CP RPPS CODEL II), Teresa Cristina Sicoli Vilela (CP RPPS CODEL II);** membros suplentes no exercício da titularidade: **Bruno Santana Costa;** membros suplentes: **Rosycarmen Pontes Gestal Alvares (CP RPPS CODEL I), Silvana Aparecida da Rocha Delfino (CP RPPS CODEL I) e Mário José Piccarelli de Castro (ANBIMA CPA-20, CP RPPS CGINV I e CP RPPS DIRIG I).** Ainda, participaram da reunião o Diretor-Superintendente, Coronel Miguel Elias Daffara (CP RPPS DIRIG I), e o Diretor Técnico Wilclem de Lazari Araujo (ANBIMA CPA-10, CP RPPS CGINV I, CP RPPS CODEL II, CP RPPS COFIS II e CP RPPS DIRIG III). Justificaram suas ausências antecipadamente: Estevan Pietro. **A reunião contou com a seguinte pauta: I – Atos Preparatórios: 1.1) Verificação de quórum legal. 1.2) Palavra da Presidência. 1.3) Palavra da Superintendência/Diretoria. 1.4) Palavra dos Membros. II – Atos Ordinatórios: 2.1) Votação das Atas das Reuniões Anteriores (369); 2.2) Informações sobre cursos: 2.2.1) Cursos EAD e presenciais disponíveis: 2.2.1.1) Plataforma de Cursos da ABCPREV, acessível em <https://abcprev.eadplataforma.app/>; 2.2.1.2) Eventos Previdenciários presenciais (de assuntos gerais) já anunciados e confirmados: Capacitação Técnica Referente aos Módulos I e II do IFBrA – 17 de agosto de 206 – 08h30min - RIOPRETOPREV; XIX Encontro Jurídico e Financeiro da APEPREM – 25 a 27 de agosto de 2026, Águas de Lindóia SP; 4º Congresso Brasileiro de Mulheres de RPPS – 23 e 24 de setembro/2026, São Paulo/SP; 14º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS da ABIPEM – de 2 a 4 de dezembro de 2026 em Fortaleza/CE. III – Ordem da Pauta do dia (3 minutos): 3.1) Apreciação e votação da 2ª Revisão da Política de Alçada Decisória; 3.2) Apreciação e votação do balancete contábil referente ao mês de junho de 2026; 3.3) Apreciação e votação das informações sobre o desempenho da carteira de investimentos da entidade no mês de junho de 2026; 3.4) Apresentação das decisões do Comitê de Investimentos no mês de julho de 2026, para ciência e referendo.** A reunião teve início com a verificado do quórum, que estava de acordo com o §8º do art. 104 da Lei Complementar nº 139/2001, com redação dada pela Lei Complementar nº 364/2012. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto comunicou que não faria uso da palavra da Presidência e franqueou a palavra ao Diretor-Superintendente para manifestação inicial. O Cel. Miguel Elias Daffara cumprimentou os presentes e desejou a todos um bom dia de trabalho. Informou que precisaria se ausentar durante a reunião em razão da homenagem

40 mensal aos novos aposentados, registrando que, no mês de agosto, cerca de treze servidores
41 passariam à aposentadoria, ocasião em que a RioPretoPrev realiza agradecimento pelos
42 serviços prestados e orientações sobre a nova condição no regime previdenciário. Também
43 mencionou reunião com a EMURB para tratar de assuntos relacionados aos terrenos da
44 Autarquia. Na sequência, informou que o servidor Hélio, contador da RioPretoPrev e um
45 dos servidores mais antigos da Autarquia, protocolou pedido de aposentadoria, destacando
46 sua relevância para a história institucional e a intenção de realizar homenagem própria. Em
47 seguida, comentou matéria divulgada sobre o resultado orçamentário e atuarial da
48 RioPretoPrev, destacando que o exercício de 2025 foi encerrado com superávit
49 orçamentário de aproximadamente R\$ 78 milhões e que houve redução significativa do
50 déficit atuarial, de cerca de R\$ 2,5 bilhões para aproximadamente R\$ 757 milhões.
51 Esclareceu, contudo, que tal redução não significa inexistência de déficit atuarial, mas sim
52 melhora no cenário projetado. Ressaltou que a RioPretoPrev não possui “rombo” ou
53 dívida, mas sim a necessidade de constituição de reservas matemáticas para garantir o
54 pagamento de aposentadorias e pensões ao longo dos próximos 75 anos, conforme cálculo
55 atuarial. Explicou que, embora as receitas correntes e contribuições normais sejam
56 relevantes, elas não são suficientes, isoladamente, para cobrir a folha mensal de benefícios,
57 que gira em torno de R\$ 25 milhões, sendo fundamentais os rendimentos dos
58 investimentos, os aportes legais, os parcelamentos e demais receitas previstas em lei. O
59 Diretor-Superintendente também destacou que, enquanto houver déficit atuarial, o
60 Município deve realizar os aportes necessários, nos termos do artigo 40 da Constituição
61 Federal, para garantir a sustentabilidade futura do regime previdenciário. Esclareceu que a
62 eventual venda de imóveis pela Prefeitura, com destinação de recursos ao fundo
63 previdenciário, é medida admitida pela legislação, especialmente pela Lei de
64 Responsabilidade Fiscal, desde que voltada ao regime próprio de previdência e não ao
65 custeio de despesas ordinárias. Por fim, ressaltou a importância de os conselheiros
66 compreenderem tecnicamente o tema, inclusive para esclarecer questionamentos externos,
67 afirmando que as críticas são legítimas, desde que fundamentadas, mas que é necessário
68 evitar interpretações equivocadas que possam prejudicar a administração e a condução
69 responsável do regime. Passada a palavra a Diretoria, o Diretor Técnico, Wilclem de Lazari
70 Araujo, cumprimentou os presentes, desejou a todos uma excelente reunião, bom trabalho
71 e ótimo dia. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, aproveitou a
72 manifestação da Diretoria para prestar informes aos conselheiros sobre assuntos em
73 andamento. Inicialmente, informou que a deliberação anterior do Conselho acerca da
74 locação do imóvel da RioPretoPrev situado em frente à Receita Federal foi concluída com
75 êxito. Explicou que o procedimento foi devidamente publicado e divulgado, resultando na
76 arrematação pela empresa Báltico Condicionamento Físico Ltda., pelo valor mensal de
77 R\$ 18.500,00, correspondente ao mínimo fixado em avaliação. Registrou que o contrato
78 terá vigência de 60 meses, com início em 1º de setembro de 2026, totalizando

79 aproximadamente R\$ 1.110.000,00 ao longo do período. Informou, ainda, que o imóvel
80 deverá receber atividades relacionadas à instalação de academia e quadras de tênis, razão
81 pela qual poderá haver movimentação no local a partir do início da locação. A Conselheira
82 Adriana Rambaiolo Tonin questionou se o valor do aluguel ingressará mensalmente como
83 receita da RioPretoPrev ou se haverá desconto em razão de eventuais benfeitorias realizadas
84 no imóvel. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, respondeu que
85 eventuais pedidos de desconto ou abatimento relacionados a benfeitorias poderão ser
86 apresentados pela locatária, mas serão analisados individualmente, caso a caso, pela
87 RioPretoPrev. Em seguida, informou a abertura de leilão eletrônico para autorização de uso
88 temporário de área pertencente à Autarquia, localizada ao lado do campo do América, em
89 razão da realização de espetáculo musical no local e da possibilidade de utilização do terreno
90 como estacionamento por dois dias. Explicou que, diante de experiências anteriores, optou-
91 se pela realização de procedimento público, com publicação de edital e valor mínimo de
92 aproximadamente R\$ 4.000,00, conforme critérios legais. Informou que, caso não haja
93 interessados no leilão, poderá ser avaliada eventual contratação direta pelo interessado
94 inicial, e registrou que a sessão está prevista para ocorrer em 24 de agosto de 2026. Em
95 continuidade aos informes, discutiu-se a utilização temporária do terreno da RioPretoPrev
96 localizado nas proximidades do campo do América, no bairro São Deocleciano. A
97 Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin relatou ter visto divulgação em redes sociais
98 indicando possível uso da área para estacionamento em dias de jogos, questionando se a
99 Autarquia tinha conhecimento da situação. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio
100 Pazianoto, explicou que há histórico de utilização gratuita e informal da área por
101 frequentadores dos jogos, mas que, no caso do show mencionado, a RioPretoPrev optou
102 por realizar leilão eletrônico para autorização regular de uso, com valor mínimo definido
103 conforme legislação municipal. As Conselheiras Silvana Aparecida da Rocha Delfino e
104 Rosimere Cleide Souza Desidério ponderaram sobre a necessidade de acompanhar eventual
105 exploração irregular da área, inclusive por terceiros, sugerindo atenção em dias de eventos
106 e eventual comunicação à Guarda Municipal. O Diretor Técnico, Wilclem de Lazari Araujo,
107 esclareceu que o principal problema é o uso clandestino do imóvel, de difícil controle em
108 razão da dimensão da área, da ausência de cercamento integral e da frequência de eventos
109 ou estacionamentos informais no entorno. Informou que o cercamento completo teria
110 custo elevado e poderia não agregar valor caso o imóvel venha a ser alugado ou vendido
111 futuramente. Registrou-se, ainda, que a RioPretoPrev poderá avaliar contatos ou medidas
112 pontuais em eventos de maior porte e que cobrem para realização do estacionamento,
113 embora o controle permanente da área seja limitado. O Diretor Técnico, Wilclem de Lazari
114 Araujo, acrescentou que a situação reforça a importância de a RioPretoPrev continuar
115 estudando alternativas para melhor aproveitamento de seus imóveis, especialmente a
116 possibilidade de estruturação de um fundo imobiliário. Explicou que, nesse modelo, os
117 imóveis poderiam integrar um fundo do qual a Autarquia seria cotista, facilitando a

118 viabilização de empreendimentos e a geração de receita. Ressaltou que a proposta ainda
119 está em estudo, mas vem sendo debatida entre os RPPS e pode representar alternativa
120 interessante para a gestão patrimonial da RioPretoPrev. O Presidente do Colegiado,
121 Adriano Antônio Pazianoto, complementou que encaminharia aos conselheiros, após a
122 reunião, relatório de visita realizada por membros do Comitê de Investimentos a uma
123 gestora especializada em recuperação de ativos estressados e em estruturação de operações
124 com imóveis. Explicou que esse tipo de gestora pode auxiliar na transformação de ativos
125 imobiliários em receitas, por meio de parcerias com empresas do mercado, como
126 construtoras e incorporadoras, possibilitando alternativas além da venda direta por leilão,
127 inclusive modelos nos quais a RioPretoPrev poderia receber unidades, participação no lucro
128 ou parte do resultado das vendas. Ressaltou que há diferentes formas de converter imóveis
129 em recursos financeiros, e que essas possibilidades vêm sendo analisadas pela Autarquia. O
130 Diretor Técnico, Wilclem de Lazari Araujo, complementou que parcerias envolvendo
131 imóveis e construtoras são mais simples na iniciativa privada, mas se tornam mais
132 complexas quando realizadas diretamente pelo poder público por meio de licitação. Por
133 isso, destacou que a criação de um fundo poderia facilitar esse tipo de operação, embora
134 seja uma alternativa que exige estudo técnico aprofundado. Ressaltou que, até que uma
135 solução estrutural seja definida, a RioPretoPrev ainda poderá enfrentar situações pontuais
136 de uso clandestino em terrenos abertos. Por fim, solicitou que os conselheiros comuniquem
137 a Autarquia caso tenham conhecimento de eventos relevantes ou uso irregular de imóveis,
138 para que sejam avaliadas medidas como acionamento da Guarda Municipal. O Presidente
139 do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, concluiu os informes sobre os leilões e
140 informou que encaminhará aos conselheiros relatório de eventos realizados em São Paulo
141 no mês de agosto, dos quais participaram ele, Wilclem de Lazari Araujo e Mário José
142 Piccarelli de Castro, incluindo visita a gestora que atua com estruturação de fundos
143 imobiliários e aproveitamento de ativos. Em seguida, informou que, na reunião prevista
144 para 3 de setembro, uma empresa deverá apresentar aos conselheiros informações sobre
145 empréstimo consignado para segurados e servidores, tema que já vem sendo debatido em
146 eventos e que poderá ser relevante em cenário futuro de queda de juros. Esclareceu que a
147 apresentação não implica adoção da medida, mas servirá para subsidiar o Conselho, uma
148 vez que eventual decisão sobre o tema deverá passar por sua análise e autorização. Por fim,
149 franqueou a palavra aos membros do Conselho. A Conselheira suplente Silvana Aparecida
150 da Rocha Delfino manifestou preocupação quanto à possibilidade de adoção de
151 empréstimo consignado pelo RPPS. Reconheceu que, sob o ponto de vista financeiro, a
152 modalidade pode apresentar retorno atrativo, inclusive superior a determinados
153 investimentos tradicionais, conforme apresentado em congresso recente. Contudo,
154 ponderou que a medida pode gerar contradição com as ações de educação previdenciária e
155 financeira voltadas aos servidores, uma vez que, ao mesmo tempo em que se busca prepará-
156 los para uma aposentadoria mais segura, poderia haver incentivo ao endividamento de

157 aposentados e segurados. Ressaltou que, embora a alternativa possa ser legal e
158 financeiramente vantajosa, merece análise cuidadosa sob a ótica ética, social e institucional,
159 especialmente considerando o papel de cuidado do RPPS com seus segurados. A
160 Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério apresentou posicionamento favorável ao
161 estudo do empréstimo consignado como alternativa de investimento, embora tenha
162 reconhecido as ponderações da Conselheira suplente Silvana Aparecida da Rocha Delfino.
163 Destacou que a educação financeira e previdenciária é uma política de longo prazo, que
164 pode ser desenvolvida desde a infância e ao longo da vida funcional do servidor, mas que
165 isso não impede a análise paralela do consignado como investimento. Observou que muitos
166 servidores e aposentados já possuem empréstimos contratados no mercado, em geral com
167 juros mais elevados, e que uma operação estruturada pelo RPPS poderia oferecer taxas
168 menores ao segurado e, ao mesmo tempo, retorno ao regime, com baixo índice de
169 inadimplência e mecanismos de cobertura. Ressaltou, contudo, a importância de promover
170 conscientização sobre endividamento, especialmente porque a aposentadoria pode
171 representar redução de renda e exigir planejamento financeiro prévio. Assim, defendeu que
172 o tema seja estudado tanto sob a ótica do investimento quanto da educação financeira dos
173 servidores ativos e aposentados. A Conselheira suplente Silvana Aparecida da Rocha
174 Delfino sugeriu que as iniciativas de educação financeira já desenvolvidas por servidores
175 sejam ampliadas para além da RioPretoPrev, possivelmente por meio da Escola de Gestão
176 Pública, alcançando servidores de todas as secretarias. Defendeu que a formação também
177 seja voltada aos servidores ativos, e não apenas às futuras gerações, com participação
178 organizada por representantes dos órgãos, a fim de ampliar a adesão e fortalecer a educação
179 financeira e previdenciária no Município. O Conselheiro Giuliano Cléber Coltro relatou
180 experiência anterior na área de recursos humanos, na qual verificou que muitos servidores
181 utilizavam integralmente a margem consignável. Informou que, mesmo após negociação
182 para redução das taxas de juros junto a instituição financeira, vários servidores aproveitaram
183 a liberação de margem para contratar novos empréstimos, mantendo o nível máximo de
184 endividamento. A partir dessa experiência, ponderou que eventual oferta de consignado
185 pelo RPPS pode ser interessante como investimento, desde que gere retorno à Autarquia,
186 mas deve vir acompanhada de ações de orientação e acompanhamento, pois há risco de
187 estímulo ao endividamento excessivo dos servidores. A Conselheira Adriana Rambaiolo
188 Tonin manifestou posicionamento contrário à eventual adoção do empréstimo consignado
189 pelo RPPS, acompanhando a preocupação apresentada pela Conselheira suplente Silvana
190 Aparecida da Rocha Delfino. Defendeu que a educação financeira deve começar desde cedo
191 e que a RioPretoPrev não deve buscar retorno financeiro a qualquer custo, especialmente
192 quando a operação pode contribuir para o endividamento de aposentados e servidores.
193 Comparou a situação a oferecer algo prejudicial com menor custo, destacando que, mesmo
194 com juros inferiores aos do mercado, haveria risco de incentivo ao aumento das dívidas,
195 conforme relatado pelo Conselheiro Giuliano Cléber Coltro. Assim, afirmou entender que

196 a Autarquia não deveria seguir por esse caminho apenas em razão da rentabilidade. O
197 Diretor Técnico, Wilclem de Lazari Araujo, esclareceu que, caso o empréstimo consignado
198 venha a ser adotado pela RioPretoPrev, deverá ser tratado como investimento do RPPS,
199 sujeito à análise prudencial e à necessidade de cumprimento da meta atuarial. Ressaltou que
200 não é possível prometer juros abaixo do mercado aos servidores, pois a taxa praticada teria
201 que ser compatível com a rentabilidade exigida para o regime, podendo inclusive ser igual
202 ou superior à de instituições financeiras em determinados cenários. Destacou que a
203 educação financeira deve ser desenvolvida por ações próprias, mas que o consignado, se
204 implantado, não poderá ter finalidade social predominante, devendo observar os mesmos
205 critérios técnicos aplicáveis aos demais investimentos da Autarquia. O Presidente do
206 Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, complementou que, além da análise técnica e
207 atuarial, eventual implantação do empréstimo consignado dependeria de reestruturação
208 administrativa da RioPretoPrev, pois a Autarquia não dispõe atualmente de pessoal
209 suficiente nem mesmo para ampliar os programas de educação previdenciária e financeira.
210 Ressaltou que servidores com perfil para atuar nessas ações estão absorvidos por atividades
211 administrativas obrigatórias, o que impede a execução adequada de novos projetos. Assim,
212 destacou que qualquer discussão sobre consignado deve considerar previamente a criação
213 de cargos efetivos, reforço de equipe, definição de atribuições do Conselho e do Comitê de
214 Investimentos, estrutura de atendimento ao segurado e suporte à educação financeira.
215 Alertou, ainda, que eventuais empresas interessadas poderão apresentar propostas atrativas,
216 mas recomendou postura cautelosa e crítica por parte dos conselheiros. A Conselheira
217 Rosimere Cleide Souza Desidério esclareceu que, ao mencionar educação financeira no
218 Congresso, referia-se a programas e materiais já estruturados, inclusive com experiências
219 piloto e possibilidade de parceria com iniciativas vinculadas ao MEC. Explicou que, nesse
220 modelo, a RioPretoPrev não precisaria desenvolver todo o conteúdo ou disponibilizar
221 servidores para ministrar diretamente as ações na rede municipal, mas poderia estudar a
222 adesão à parceria, com eventual capacitação de professores para replicação do material nas
223 escolas. Destacou que o programa contempla diferentes faixas etárias, possui planejamento
224 pedagógico próprio e poderia ser uma alternativa viável para uma rede de ensino ampla
225 como a do Município, embora ainda seja necessário verificar custos, condições de adesão e
226 forma de implementação. A Conselheira suplente Silvana Aparecida da Rocha Delfino e a
227 Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério debateram a necessidade de distinguir as
228 ações de educação financeira voltadas às escolas, com eventual parceria e materiais
229 vinculados ao MEC, daquelas direcionadas aos servidores ativos e aposentados. Rosimere
230 destacou que a formação de professores poderia ser um ponto de partida e gerar
231 desdobramentos futuros, enquanto Silvana ressaltou que os servidores das demais
232 secretarias também precisam ser contemplados por ações específicas, com linguagem e
233 conteúdo adequados ao público adulto. Na sequência, Silvana reforçou a importância de
234 pautar a reestruturação administrativa da RioPretoPrev, considerando a sobrecarga da

235 equipe, a aposentadoria de servidor antigo e a existência de concurso vigente, defendendo
236 a criação de cargos e a convocação de novos servidores. O Diretor Técnico, Wilclem de
237 Lazari Araujo, concordou que a reestruturação é urgente não apenas para viabilizar projetos
238 de educação financeira ou eventual consignado, mas para aprimorar a gestão da Autarquia,
239 destacando que o tema deverá contar com apoio do Conselho, dos conselheiros e dos
240 sindicatos para avançar. A Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin manifestou apoio à
241 reestruturação da RioPretoPrev e ao reforço do quadro de servidores, destacando a
242 importância de condições adequadas de trabalho. Em seguida, questionou sobre o prazo
243 de resposta aos requerimentos protocolados por aposentados, citando caso concreto de
244 servidora aposentada que solicitou análise relacionada à sexta-parte, protocolada em 31 de
245 março, ainda sem resposta até a data da reunião. O Diretor Técnico, Wilclem de Lazari
246 Araujo, esclareceu que o prazo de análise depende da complexidade de cada caso. Informou
247 que, tratando-se do caso mencionado, houve problema no protocolo inicial, sendo
248 necessário novo protocolo posterior, razão pela qual o prazo efetivo poderia ser menor do
249 que o indicado. A Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin esclareceu que mencionou o caso
250 por se tratar de assunto já abordado em reunião anterior e por considerar que a demora
251 poderia estar relacionada à falta de servidores na RioPretoPrev. Diante da explicação do
252 Diretor Técnico, Wilclem de Lazari Araujo, colocou-se à disposição para tratar do caso
253 diretamente com ele em momento posterior, solicitando seu contato para
254 acompanhamento da situação específica. O Diretor Técnico, Wilclem de Lazari Araujo,
255 esclareceu que a questão relacionada ao congelamento do período da pandemia gerou
256 diversos pedidos semelhantes de servidores e aposentados, exigindo análise individualizada.
257 Explicou que a RioPretoPrev enfrenta dificuldades porque depende de informações e
258 documentos fornecidos pelos entes patronais, como Município, SEMAE e Câmara
259 Municipal, conforme o vínculo de origem do segurado, não bastando apenas a
260 documentação interna da Autarquia. O Diretor Técnico, Wilclem de Lazari Araujo,
261 esclareceu que a RioPretoPrev não possui competência para conceder diretamente
262 vantagens funcionais que não tenham sido reconhecidas pelo ente de origem, como sexta-
263 parte ou adicionais, ainda que o direito aparente existir. Explicou que, nesses casos, a
264 Autarquia depende de ato formal do ente patronal, normalmente portaria ou documento
265 equivalente, reconhecendo e concedendo a vantagem, pois revisões dessa natureza são
266 submetidas ao Tribunal de Contas e podem gerar apontamentos caso não estejam
267 devidamente instruídas. A Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin relatou as dificuldades
268 enfrentadas por servidora aposentada para obter informações junto ao RH de origem e
269 questionou qual seria o encaminhamento administrativo possível. A Conselheira suplente
270 Silvana Aparecida da Rocha Delfino observou que a questão do período congelado na
271 pandemia envolve diversos servidores, ativos e aposentados, e depende de providência
272 normativa e disponibilidade financeira do Executivo, podendo gerar efeito amplo. O
273 Diretor Técnico, Wilclem de Lazari Araujo, reforçou que a RioPretoPrev busca auxiliar os

segurados, inclusive com diligências junto aos órgãos de origem, mas fica limitada quando não há reconhecimento oficial e documentação completa. Esclareceu, ainda, que, havendo documentação correta, a Autarquia pode promover a revisão do benefício e, se necessário, tratar administrativamente eventual pagamento retroativo, evitando judicialização. Por fim, informou que, em regra, a concessão formal da vantagem passa pelo setor técnico do ente de origem e deve ser finalizada pela autoridade competente, possivelmente o Secretário Municipal de Administração. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, informou que abrirá enquête no grupo dos conselheiros para verificar o interesse de participação no Congresso de Conselheiros, a fim de viabilizar a aquisição antecipada de passagens aéreas, considerando a dificuldade e os custos do período de dezembro. Comunicou, ainda, que a Ata nº 369 está pronta, mas, por não ter sido revisada e encaminhada previamente aos conselheiros, ficará para apreciação na próxima reunião. Em seguida, informou que, no dia 17, às 8h30, será realizada na sede da RioPretoPrev capacitação técnica sobre a aplicação do Índice de Funcionalidade para fins de aposentadoria da pessoa com deficiência, ministrada por profissional que participou da criação da metodologia de avaliação, convidando os conselheiros a participarem. Na sequência, passou à ordem do dia, iniciando pela apreciação e votação da segunda revisão da Política de Alçada Decisória da RioPretoPrev. Explicou que o documento define as responsabilidades e os fluxos de proposição, autorização e execução dos atos administrativos, financeiros e patrimoniais da Autarquia, como movimentações financeiras, pagamentos, recolhimentos de tributos, investimentos, aquisição ou alienação de imóveis e demais operações relevantes. Destacou que a política busca garantir segurança, controle e segregação de funções, impedindo que qualquer decisão seja praticada isoladamente por uma única pessoa, exigindo, conforme o caso, a atuação conjunta de diretores, órgãos internos e Conselho Municipal de Previdência. Informou que a revisão atualiza documento anterior, de 2018, e atende às exigências da auditoria do Pró-Gestão RPPS. Não havendo dúvidas ou manifestações contrárias, colocou o item em votação, sendo **aprovada por unanimidade a segunda revisão da Política de Alçada Decisória**. Ato contínuo, iniciou a apresentação do Balancete Contábil referente ao mês de junho de 2026, a saber: *No período, as receitas orçamentárias totalizaram R\$ 24.932.532,33, sendo: Contribuições dos 5.443 servidores ativos - R\$ 5.956.489,63; Contribuições dos Aposentados e Pensionistas - R\$ 1.187.316,42; Contribuição Patronal Normal - R\$ 10.542.895,93; Contribuição Patronal Suplementar - R\$ 169.943,06; Parcelamentos - R\$ 3.574.172,41; Aportes Periódicos - R\$ 0,00; COMPREV - R\$ 805.266,57; Receita Patrimonial - R\$ 2.184.502,05; Restituições da Folha de Pagamento - R\$ 1.978,02; Outras Receitas - R\$ 509.968,24. No período, as despesas equivaleram a R\$ 25.500.160,84, sendo: a) Despesa com benefícios previdenciários: i) com 1.938 aposentadorias: R\$ 23.192.694,43; ii) com 254 pensões: R\$ 1.723.662,33; iii) com pagamento de benefícios em decorrência de ordem judicial: R\$ 23.238,28; iv) indenizações e restituições trabalhistas - R\$ 0,00; v) despesas com compensação previdenciária - R\$ 12.249,92; b) despesas administrativas - R\$ 548.315,88.*

313 *Conclui-se, com a análise da peça, resultado orçamentário deficitário de R\$ 567.628,51 no mês e*
314 *superavitário de R\$ 23.251.693,98 no ano, bem como resultado previdenciário superavitário de*
315 *R\$ 2.109.671,06 no mês e de R\$ 41.728.816,75 no ano.* A Conselheira Rosimere Cleide Souza
316 Desidério solicitou esclarecimento sobre a situação dos parcelamentos da Prefeitura,
317 questionando até qual competência os débitos já haviam sido parcelados. Explicou que a
318 dúvida surgiu em razão da recente renovação do CRP e do fato de já haver histórico de
319 atraso nos pagamentos, buscando compreender até que mês a Prefeitura havia regularizado
320 formalmente as contribuições devidas. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio
321 Pazianoto, respondeu à Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério que os débitos da
322 Prefeitura referentes às competências até junho foram regularizados por meio de
323 parcelamentos formalizados. Explicou que os parcelamentos foram feitos separadamente
324 para contribuição suplementar e aportes, por exigência do Ministério da Previdência e do
325 sistema CADPREV, a fim de permitir a baixa correta dos débitos. Esclareceu, ainda, que a
326 competência de julho ainda não estava vencida na data da reunião, mas que, caso não seja
327 paga dentro do prazo, poderá ser incluída em novo parcelamento futuramente. A
328 Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin questionou se havia justificativa formal para o não
329 pagamento das contribuições pela Prefeitura. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio
330 Pazianoto, informou que, em razão de deliberação anterior do Conselho, foi encaminhado
331 ofício solicitando reunião com o Prefeito Municipal, estando a RioPretoPrev aguardando
332 resposta. Acrescentou que, informalmente, a justificativa indicada seria a dificuldade
333 orçamentária enfrentada pelo Município, decorrente de queda de arrecadação e
334 contingenciamento geral. O Diretor Técnico, Wilclem de Lazari Araujo, complementou
335 que, extraoficialmente, a informação recebida é de que o contingenciamento atinge diversas
336 secretarias e não apenas a área previdenciária, havendo expectativa de normalização futura.
337 Na sequência, discutiu-se o projeto de alienação de imóveis municipais, com destinação de
338 parte dos recursos à RioPretoPrev. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio
339 Pazianoto, destacou que a Prefeitura tem expectativa de utilizar eventual receita da venda
340 dos imóveis para regularizar contribuições e aportes devidos ao RPPS, esclarecendo que,
341 para a Autarquia, o essencial é o recebimento dos valores legalmente devidos,
342 independentemente da fonte utilizada pelo Município. O Diretor Técnico, Wilclem de
343 Lazari Araujo, ponderou que, em sua avaliação pessoal, a ideia é interessante para a
344 RioPretoPrev, desde que superadas as dúvidas jurídicas e técnicas sobre a natureza e a
345 destinação dos imóveis, especialmente eventuais áreas públicas vinculadas a lazer ou
346 equipamentos públicos. Esclareceu, ainda, que a destinação dos recursos ao RPPS foi
347 expressamente prevista no projeto justamente porque a Lei de Responsabilidade Fiscal não
348 permite a venda de imóveis para custeio de despesas ordinárias, mas admite a destinação
349 ao regime previdenciário. A Conselheira Adriana Rambaiolo Tonin manifestou descrença
350 quanto ao efetivo repasse dos valores à RioPretoPrev e criticou a condução do projeto na
351 Câmara Municipal, afirmando que, durante a sessão, faltaram informações claras sobre a

destinação e a situação de algumas áreas, especialmente aquelas que poderiam estar vinculadas a praças, unidades de saúde ou outros equipamentos públicos. Também observou que a redução do déficit atuarial decorreu, em grande medida, da reforma previdenciária e do aumento do tempo de trabalho dos servidores, ponto que, em sua avaliação, não teria sido devidamente reconhecido. A Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério concordou que o projeto deveria conter informações mais detalhadas. O Diretor Técnico, Wilclem de Lazari Araujo, ponderou que, embora possam ter ocorrido falhas de explicação durante a discussão legislativa, acredita que a maior parte das áreas seja dominial e que, possivelmente, a documentação técnica exista, ainda que não tenha sido adequadamente apresentada aos vereadores. Encerrada a discussão, o Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, colocou a peça em votação, **restando aprovado, por unanimidade, o balancete contábil de junho de 2026.** Prosseguindo na ordem do dia, Adriano Antônio Pazianoto apresentou informações sobre o desempenho dos investimentos do mês de junho de 2026: *DA AVALIAÇÃO ANALÍTICA DOS INVESTIMENTOS DA RIOPRETOPREV NO MÊS DE JUNHO DE 2026: DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E O ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NA RESOLUÇÃO CMN Nº 5.272/2025: Transição Regulatória – Atualização do Marco Normativo: A partir de 02 de fevereiro de 2026 entrou em vigor a Resolução CMN nº 5.272/2025, que passou a regulamentar as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), substituindo a Resolução CMN nº 4.963/2021. A nova regulamentação introduziu atualizações relevantes no arcabouço de investimentos previdenciários, incluindo novos critérios relacionados à governança, à classificação prudencial das instituições financeiras, aos limites de participação de recursos de RPPS em fundos de investimento e à reorganização dos segmentos de aplicação. Em razão dessas alterações regulatórias, algumas aplicações existentes na carteira apresentam situações de desenquadramento passivo, caracterizadas quando o desenquadramento decorre de mudanças normativas ou fatores alheios à decisão de investimento da Autarquia. Enquadramento da Carteira por Segmento: A conformidade com a Resolução CMN n.º 5.272/2025 abrange diferentes segmentos, destacando-se: Renda Fixa: 78,60% do PL (Limite 100%, Art. 7°); Renda Variável: 8,87% do PL (Limite 50%, Art. 8°); Investimentos no Exterior: 3,31% do PL (Limite 10%, Art. 9°); Investimentos Estruturados: 9,22% do PL (Limite 20%, Art. 10°). Distribuição da Carteira por Classe de Ativo: Adentrando no detalhamento de cada segmento: Renda Fixa: Art. 7°, I => 5,46% PL - Limite 100%; Art. 7°, II => 63,86% PL - Limite 100%; Art. 7°, V => 7,39% PL - Limite 80%; Art. 7°, VI => 1,88% PL - Limite 20%. Renda Variável: Art. 8°, I => 4,63% PL - Limite 40%; Art. 8°, III => 4,25% PL - Limite 10%. Investimentos no Exterior: Art. 9°, II => 1,01% PL - Limite 10% no total de IE; Art. 9°, III => 2,29% PL - Limite 10% no total de IE. Investimentos Estruturados: Art. 10°, I => 5,53% PL - Limite 15%; Art. 10°, III => 3,69% PL - Limite 10%. Limite Global: De acordo com Art. 14, os RPPS ficam sujeitos a um limite global, no conjunto dos segmentos de renda variável, investimentos estruturados e fundos imobiliários de 60% do PL para Nível IV do Pró-Gestão RPPS. Riopretoprev = 18,09% do PL. Participação da RioPretoPrev nos Fundos de Investimento: No que diz respeito aos limites*

em relação ao PL da RioPretoPrev (Art. 18º), excetuados as aplicações de emissão do Tesouro Nacional, o maior percentual é do BTG PACTUAL S&P 500 BRL FI MULTIMERCADO representando 5,53% do PL. FI BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESPONSABILIDADE LIMITADA seguido do CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF LP que ocupam o 2º e 3º lugares, com 5,48% e 3,06% do PL, respectivamente. Controle da Participação de RPPS no Patrimônio Líquido dos Fundos: Nos termos do Art. 19 da Resolução CMN nº 5.272/2025, o maior percentual em relação ao Patrimônio Líquido (PL) de um fundo, é de 3,13%, sendo atribuído ao fundo KINEA PE IV FEEDER INST I FIP ME. Os dois seguintes, com 2,74% e 2,20% do PL, são, respectivamente, BTG PACTUAL S&P 500 BRL FI MULTIMERCADO e SAFRA MULTIDIVIDENDOS PB FIF. Entretanto, de acordo com §2º os fundos deverão limitar a participação total dos RPPS em até 50% de seu PL (exceto durante doze meses iniciais; fundos 100% TP e outras situações trazidas na Resolução), e com a entrada em vigor da RES. CMN nº 5.272/2025 a Riopretoprev passou a ter casos de desenquadramento passivo para alguns fundos, detalhado no item sobre “Desenquadramento Passivo – Resolução CMN nº 5.272/2025”. Desenquadramento Passivo – Resolução CMN nº 5.272/2025: Em razão da entrada em vigor da nova regulamentação, algumas aplicações apresentam situações pontuais de desenquadramento passivo relacionadas principalmente à classificação prudencial das instituições financeiras ou ao percentual de participação de recursos de RPPS no patrimônio líquido de determinados fundos. Essas situações decorrem de alterações regulatórias supervenientes e não de novas decisões de investimento. Volume total desse desenquadramento: R\$ 33.171.448,1 = 4,56%. Conforme informado nos meses anteriores, as instituições já estão em movimentação para reenquadramento dos fundos. Ainda, em 04/05/2026 houve a primeira integralização de cotas do FIP TARPON BLUEFIN PRIVATE FIC FIP MULTIESTRATÉGIA RESP LIMITADA, cujo administrador e gestor também não se enquadram em conglomerados S1 ou S2, entretanto, em reunião ordinária realizada em 25 de agosto de 2025, o Comitê de Investimentos aprovou o compromisso de investimento para subscrição e integralização de 4.000 (quatro mil) cotas no fundo, ao valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por cota, totalizando o montante comprometido de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais). A deliberação foi posteriormente referendada pelo Conselho Municipal de Previdência em 04 de setembro de 2025. O respectivo Boletim de Subscrição foi formalizado em setembro de 2025, anteriormente à publicação da Resolução CMN nº 5.272/2025, constituindo compromisso de investimento válido e regularmente assumido sob a regulamentação vigente à época. Dessa forma, as integralizações de capital realizadas posteriormente decorrem do cumprimento de obrigação previamente contratada, não caracterizando nova decisão de investimento ou ampliação discricionária da exposição ao ativo após a entrada em vigor da referida norma. Registra-se, ainda, que, em abril de 2026, o fundo promoveu alteração de seu regulamento, passando a denominar-se TARPON BLUEFIN PRIVATE FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FIP MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA, permanecendo inalteradas as obrigações assumidas no compromisso de investimento originalmente celebrado. Em se concretizando a manifestação de 15/04/2026 do Banco Daycoval no sentido de buscar enquadramento junto ao grupo S2 do Banco Central do Brasil o fundo passará a estar completamente enquadrado na Resolução CMN nº

430 5.272/2025. O Comitê de Investimentos permanece acompanhando a efetivação das providências pelas
431 instituições e realizando as diligências necessárias, a fim de assegurar a regularidade dos ativos e a aderência
432 da carteira às disposições normativas vigentes. De acordo com o Art. 27, § 1º os recursos poderão ser
433 mantidos pelo prazo de até dois anos da ocorrência do desequilíbrio. Para os casos relatados até
434 02/02/2028. Como já averbado, trata-se de desequilíbrio passivo, não havendo nenhuma alocação
435 nova ou assunção de novo compromisso de investimentos de recursos em fundos desequilibrados
436 posteriormente à vigência da nova Res. CMN nº 5.272/2025. O Comitê vislumbra que, sob o ponto de
437 vista da melhor estratégia na gestão de investimentos, por haver amparo jurídico-normativo na continuidade
438 dos recursos locados nos referidos fundos (dentro do prazo de dois anos do art. 27, §1º), não seria prudente
439 e oportuno o resgate de tais investimentos no atual momento, com o fulcro de se evitar realização de prejuízos
440 ou resgate intempestivo de alocações que ainda se mostram inequivocamente importantes para o atingimento
441 da meta. Eventuais novos aportes em fundos que poderiam, em tese, estar desequilibrados pela nova norma
442 (FIP's) estariam embasados por compromissos deliberados pelo Comitê (e devidamente cancelados pelo
443 Conselho) em período anterior à vigência da Res. 5272/25, pacificamente amparados pela segurança
444 jurídica do ato jurídico perfeito (assumidos perante norma que os respaldavam à época), ainda se mostrando
445 como importantes estratégias de investimentos para a diversificação e atingimento da meta atuarial na ótica
446 deste Comitê. Assim, em 23/03/2026 o Comitê de Investimentos deliberou pela manutenção dos fundos
447 em situação de desequilíbrio passivo com a entrada em vigor da Res. CMN nº 5.272/2025,
448 considerando o prazo legal de até 02 anos para desinvestimentos (02/02/2028), avaliando periodicamente
449 as alternativas para eventual reenquadramento da carteira, sempre observando os princípios de segurança,
450 rentabilidade, solvência, liquidez, adequação à natureza das obrigações, transparência e preservação do valor
451 dos recursos previdenciários. Conforme deliberação em reunião ordinária do Comitê de Investimentos em
452 27/04/2026, as instituições com fundos em situação de desequilíbrio passivo foram oficiadas
453 solicitando informações pertinentes acerca das medidas que estão sendo adotadas por essa instituição para
454 regularização da situação, bem como eventual cronograma e estratégia prevista para o reenquadramento.
455 Síntese da Situação da Carteira: A análise consolidada demonstra que a carteira de investimentos da
456 Riopretoprev permanece, em sua ampla maioria, enquadrada aos limites, critérios e princípios estabelecidos
457 pela Resolução CMN nº 5.272/2025, mantendo adequada diversificação entre os segmentos de aplicação
458 e alinhamento às estratégias definidas na Política de Investimentos. As situações de desequilíbrio
459 identificadas decorrem exclusivamente da entrada em vigor da nova regulamentação, caracterizando
460 desequilíbrios passivos relacionados, principalmente: à classificação prudencial das instituições
461 administradoras ou gestoras dos fundos de investimento; ao percentual de participação conjunta de recursos
462 de RPPS no patrimônio líquido de determinados fundos. Todos os casos encontram-se devidamente
463 identificados, monitorados e diligenciados pelo Comitê de Investimentos e pela área técnica responsável, com
464 acompanhamento contínuo junto às instituições financeiras, administradores, gestores e distribuidores
465 envolvidos, inclusive quanto às medidas, cronogramas e alternativas apresentadas para eventual
466 reenquadramento. Destaca-se, ainda, que parte relevante das situações já possui tratativas em andamento
467 para regularização, incluindo processos de reenquadramento prudencial de instituições financeiras, alterações
468 estruturais em fundos e estudos de reorganização operacional por parte das administradoras.

Adicionalmente, observa-se que a própria Resolução CMN nº 5.272/2025 prevê prazo de até dois anos para permanência de recursos em situação de desequilíbrio passivo, não havendo, desde sua vigência, realização de novas alocações discricionárias em ativos desequilibrados. Assim, as decisões do Comitê de Investimentos permanecem pautadas pelos princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, transparência, aderência atuarial e preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E O ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS: Conforme os relatórios internos da RioPretoPrev e da I9 Advisory Consultoria – RPPS Ltda, é notável que todos os fundos presentes na carteira estão em conformidade com a Política de Investimentos, aproximando-se dos objetivos estabelecidos. A análise dos diferentes segmentos, de acordo com os artigos, incisos e alíneas especificados, demonstra a aderência aos parâmetros previamente definidos: Renda Fixa: Art. 7º, I => 5,46% do PL (Objetivo: 2,50%; Limite entre 0% e 100%); Art. 7º, III => 63,86% do PL (Objetivo: 59,70%; Limite entre 0% e 100%); Art. 7º, V => 7,39% do PL (Objetivo: 9,00%; Limite entre 0% e 60%); Art. 7º, VI => 1,88% do PL (Objetivo: 1,80%; Limite entre 0% e 10%). Renda Variável: Art. 8º, I => 4,63% do PL (Objetivo: 7,00%; Limite entre 0% e 30%); Art. 8º, III => 4,25% do PL (Objetivo: 4,5%; Limite entre 0% e 10%). Investimentos no Exterior: Art. 9º, II => 1,01% do PL (Objetivo: 1,00%; Limite entre 0% e 10%); Art. 9º, III => 2,29% do PL (Objetivo: 3,0%; Limite entre 0% e 10%). Investimentos Estruturados: Art. 10º, I => 5,53% do PL (Objetivo: 7,00%; Limite entre 0% e 15%); Art. 10º, III => 3,69% do PL (Objetivo: 4,50%; Limite entre 0% e 10%). Essa aderência aos limites e diretrizes estabelecidos reforça a eficácia da gestão de investimentos da RioPretoPrev, evidenciando a coerência com os objetivos traçados na Política de Investimentos.

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ENTRE INSTITUIÇÕES E BENCHMARKS: A alocação de recursos entre instituições e benchmarks na carteira da RIOPRETOPREV é detalhada a seguir: Banco do Brasil (R\$ 9,2 mi; 1,26% do PL); 04 fundos: 3 Invest. Exterior, 1 RF. Caixa (R\$ 68,73 mi; 9,45% do PL); 6 fundos: 1 RV local, 1 RV BDR, 4 RF; Notáveis: fundos DI. Bradesco (R\$ 39,84 mi; 5,47% do PL); 01 fundos: RF DI; Destaque: Fundo DI Premium, um dos melhores do segmento no mercado de RPPS. XP Investimentos (R\$ 14,86 mi; 2,04% do PL); 04 fundos: RV dividendos, Invest. Exterior e 2 FIPs (Pátria Investimentos e XP Selection Prime); Custódia das NTN-Bs (R\$ 464 mi; 63,86% do PL); Custódia LF BTG Pactual (R\$ 13,69 mi; 1,88% do PL). Santander (R\$ 7,19 mi; 0,98% do PL); 01 fundo: Exterior Global ESG, sem variação cambial. Western Asset (R\$ 14,18 mi; 1,95% do PL); 01 fundos: RV BDR. Kinea/Lions (R\$ 12,28 mi; 1,68% do PL); 01 fundo: FIP adquirido em 2017, em fase de desinvestimentos. Kinea/Intrag (R\$ 4,63 mi; 0,64% do PL); 01 fundo: FIP em captação inicial. BTG Pactual (R\$ 51,59 mi; 7,09% do PL); 05 fundos: RV de ações valor, Multimercado S&P 500, FIP Economia Real em captação inicial, FIP Infraestrutura também em fase de captação de recursos e exterior multimercado. Banco Daycoval (R\$ 19,31 mi; 2,65% do PL); 03 fundos: 1 RV com gestão Tarpon e um com gestão Guepardo, ambos de ações valor; 1 FIP gestão Tarpon. Vinci Compass (R\$ 1,77 mi; 0,24% do PL); 01 fundo: FIP em captação inicial. Itaú Unibanco (R\$ 2,72 mi; 0,37% do PL); 01 fundo: RV com pequena exposição em IE. Banco Safra (R\$ 2,74 mi; 0,38% do PL); 01 fundo: RV dividendos. Essa estratégia reflete a abordagem criteriosa da RIOPRETOPREV, buscando otimizar o

508 *retorno e gerenciar riscos eficientemente. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA CARTEIRA E*
509 *COMENTÁRIOS SOBRE A PERFORMANCE DOS FUNDOS E RESPECTIVOS*
510 *SEGMENTOS: RENDA FIXA: Ao final do mês de junho, 78,60% dos recursos (R\$ 571,61*
511 *milhões) estavam alocados em Renda Fixa, conforme a Resolução n.º 5.272/2025 (art. 7º). O segmento*
512 *apresentou rentabilidade média de 0,89% no mês, refletindo o elevado patamar da taxa básica de juros e a*
513 *resiliência dos ativos pós-fixados. O período foi marcado por desempenho positivo dos ativos atrelados ao*
514 *CDI, favorecidos pela manutenção de uma taxa básica de juros ainda em patamar elevado, enquanto os*
515 *títulos públicos indexados à inflação apresentaram rentabilidade negativa, refletindo a abertura das taxas*
516 *reais nos vértices mais longos da curva. Os títulos prefixados, por sua vez, registraram desempenho*
517 *moderadamente positivo, acompanhando a expectativa de continuidade do processo de flexibilização*
518 *monetária. No cenário doméstico, o Comitê de Política Monetária (Copom) promoveu novo corte de 0,25*
519 *ponto percentual na taxa Selic, reduzindo-a para 14,25% ao ano. O IPCA apresentou variação de 0,16%*
520 *no período, evidenciando inflação corrente relativamente contida. Entretanto, a persistência das pressões*
521 *sobre os núcleos de inflação e sobre os preços de serviços manteve o ambiente de cautela em relação à trajetória*
522 *inflacionária e aos próximos passos da política monetária. Nesse contexto, a estratégia de alocação em*
523 *títulos públicos federais e fundos referenciados ao CDI continuou contribuindo para a resiliência da carteira,*
524 *preservando a estabilidade dos investimentos diante de um ambiente ainda marcado por incertezas quanto*
525 *à trajetória da inflação e dos juros. Ao final de junho, a carteira de Renda Fixa terminou composta por*
526 *nove fundos ativos, representando 12,85% da carteira: sendo seis fundos 100% Títulos Públicos,*
527 *totalizando 5,46% da carteira, representados pelo Artigo 7º I, rendendo 0,99%. Três fundos lastreados*
528 *em ativos de curto prazo, representados por fundos DI, os quais correspondem a 7,39% da carteira e*
529 *renderam em média 1,13%, compondo o Artigo 7º V. Em relação aos títulos públicos federais, o segmento*
530 *fechou com 63,86% do PL da carteira e apresentou uma rentabilidade média de 0,85%. As Letras*
531 *Financeiras da carteira tiveram rendimento médio de 1,20% no mês, representando 1,88% do PL. Os*
532 *fundos em destaques do segmento foram: BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA*
533 *DI PREMIUM RESP LIMITADA e CAIXA BRASIL FIC CLASSE DE FIF RENDA*
534 *FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO RESP LIMITADA fechando o mês com*
535 *rentabilidade de 1,14%. De forma geral, a Renda Fixa encerrou o mês com uma valorização de*
536 *R\$ 5.064.410,38, rendimento médio de 0,89% no mês e 6,49% no ano. RENDA VARIÁVEL:*
537 *No mês de junho, 8,87% (R\$ 64,53 milhões) dos recursos terminaram alocados em Renda Variável,*
538 *conforme a Resolução n.º 5.272/2025 (art. 8º): em fundos de ações (Art. 8º, I), 4,63% da carteira e se*
539 *desvalorizaram em média -1,40% no mês. E em fundos BDR (Art. 8º, III), 4,25% da carteira e*
540 *desvalorizaram em média -1,27% no mês. Em junho de 2026, a renda variável brasileira apresentou*
541 *desempenho moderadamente negativo, com o Ibovespa registrando recuo de 1,01% no período. Este foi o*
542 *quarto mês consecutivo de baixa, pressionado pela saída de capital estrangeiro. O movimento refletiu um*
543 *ambiente de maior cautela por parte dos investidores, diante das incertezas relacionadas à trajetória da*
544 *inflação e da política monetária. As ações de empresas de menor capitalização apresentaram desempenho*
545 *mais fraco, com o índice Small Caps recuando 3,28%, enquanto o Índice de Dividendos (IDIV) avançou*
546 *1,79%, evidenciando a preferência do mercado por empresas mais resilientes e com maior capacidade de*

547 geração de caixa em um cenário de juros ainda elevados. Os recursos do Art. 8º, I fecharam distribuídos
548 entre vários segmentos de mercado, como: Dividendos, Alocação em Segmentos de Mercado/ Ações Livre e
549 Fundos de "Valor" e tiveram desempenhos mistos com fundos fechando em campo negativo. O destaque
550 positivo no mês foi o fundo BTG PACTUAL FLA OPORTUNIDADES LISTADAS I com
551 3,99%, já na outra ponta tivemos o TARPON GT INSTITUCIONAL FIF I com -3,09%. Nesse
552 mês tivemos desinvestimento total no fundo CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS FIC FIF
553 AÇÕES RESP LIMITADA, conforme deliberação do Comitê de Investimentos em reunião ordinária
554 de 27/04/2026. Já no Art. 8º, III, composto pelos fundos BDR, todos os fundos tiveram resultados
555 negativos no mês, apresentando rentabilidade média negativa de 0,89%. De forma geral, a renda variável
556 encerrou o mês com desvalorização de R\$ -927.159,08, correspondendo a -1,27% no mês.
557 INVESTIMENTOS NO EXTERIOR: No mês de junho, 3,31% (R\$ 24,04 milhões) dos recursos
558 foram destinados a Investimentos no Exterior, seguindo a Resolução n.º 5.272/2025 (art. 9º), e o segmento
559 teve valorização média de 3,33% no mês. O cenário internacional em junho de 2026 foi marcado pela
560 redução das tensões geopolíticas no Oriente Médio e pela normalização dos preços do petróleo, fatores que
561 contribuíram para diminuir os receios de um choque energético global mais persistente e redirecionaram a
562 atenção dos investidores para os fundamentos das principais economias. Nesse contexto, os mercados
563 internacionais em moeda original apresentaram desempenho negativo, com o MSCI World recuando 0,80%
564 e o S&P 500 registrando queda de 1,06%, refletindo a postura mais cautelosa dos investidores diante da
565 perspectiva de manutenção de juros elevados por mais tempo. Em contrapartida, a valorização de 2,37%
566 do dólar frente ao real impulsionou o retorno dos investimentos internacionais para o investidor brasileiro,
567 resultando em ganhos de 1,54% para o MSCI World e de 1,28% para o S&P 500 quando convertidos
568 para reais. Assim, a exposição ao mercado externo continuou contribuindo para a diversificação da carteira,
569 mitigando parcialmente os efeitos do desempenho negativo dos ativos em seus mercados de origem. Nos fundos
570 de Investimento no Exterior – Investidor Qualificado (art. 9º, II), ficaram alocados 1,01% do patrimônio
571 líquido (PL) da Riopretoprev, totalizando R\$ 7,36 milhões, e esses fundos fecharam o mês com valorização
572 média de 5,42%. Nos fundos de Investimento no Exterior – Investidor Geral (art. 9º, III), ficaram
573 alocados 2,29% da carteira, com valorização média de 2,43%. Todos os fundos do segmento apresentaram
574 rentabilidades positivas no mês. O destaque ficou com o AQR LONG-BIASED EQUITIES FIF
575 AÇÕES que rendeu 7,18% no mês, porém no ano o destaque é o fundo BB AÇÕES NORDEA
576 GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT IS IE FIF RESP LIMITADA com
577 13,02%. No geral, o segmento de Investimentos no Exterior (IE) encerrou o mês com uma valorização de
578 R\$ 774.981,85, o que corresponde a uma rentabilidade de 3,33%. INVESTIMENTOS
579 ESTRUTURADOS: No mês de junho, 9,22% (R\$ 67,07 milhões) dos recursos fecharam alocados em
580 Investimentos Estruturados. Em fundos Multimercados (art. 10º, I), ficaram 5,53% do patrimônio líquido
581 (PL) da Riopretoprev, totalizando R\$ 40,21 milhões, com uma desvalorização de -0,36%, representados
582 pela estratégia S&P-500. Nos fundos de participação (art. 10º, III), ficaram 3,69% do PL, o equivalente
583 a R\$ 26,86 milhões, alocados no FIP Kinea IV, no FIP Kinea V, no FIP BTG Pactual Economia
584 Real II Multiestratégia, no BTG Pactual Infraestrutura III, no Pátria PE VII Advisory FIP Multi -
585 Classe C, no FIP VCP IV, no XP Selection Prime e no Tarpon Bluefin, com uma valorização média no

586 segmento de 0,36% no mês. Houve integralização de Capital nos fundos XP SELECTION PRIME
587 FEEDER INSTITUCIONAL FIP; BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA III
588 FEEDER FIP MULTIESTRATÉGIA; e BTG PACTUAL ECONOMIA REAL II FIP –
589 MULTIESTRATÉGIA. No geral, o segmento de Investimentos Estruturados encerrou o mês com uma
590 desvalorização de R\$ -50.431,53, rentabilidade negativa média de -0,08% no mês.
591 DISPONIBILIDADE FINANCEIRA: No fechamento do mês de junho de 2026 todos os recursos
592 estavam aplicados no mercado financeiro fechando as contas com saldo zerado. DISTRIBUIÇÃO DOS
593 RECURSOS DA CARTEIRA E OBSERVÂNCIA DA POLÍTICA DE RISCOS: Após
594 análise dos resultados, os membros constataram que a carteira está aderente à Política de Riscos 2026.
595 Aqui destacamos que todos os segmentos estão dentro dos limites de VaR (Value at Risk) definidos na
596 Política de Investimentos, em conformidade com a Política de Riscos vigente. Destacamos ainda que a
597 liquidez da carteira está com limites dentro do previsto na Política de Investimentos, sendo de no mínimo
598 20% resgatáveis em 30 dias. PRINCIPAIS INDICADORES DOS INVESTIMENTOS DA
599 RIOPRETOPREV NO MÊS DE JUNHO DE 2026: RENDIMENTO FINANCEIRO x
600 META ATUARIAL no mês de junho de 2026: RENDIMENTO em junho-2026 (em R\$):
601 4.861.801,62; RENDIMENTO em junho-2026 (em %): 0,67%; META ATUARIAL em junho
602 -2026 (%): 0,62%; RAZÃO: RENDIMENTO FINANCEIRO x META ATUARIAL (%)
603 EM JUNHO-2026: 108,06%. RAZÃO: RENDIMENTO FINANCEIRO x META
604 ATUARIAL ANUAL: RENDIMENTO ano (em R\$): 42.450.273,41; RENDIMENTO ano
605 (em %): 6,20%; META ATUARIAL ano (%): 6,15%; RAZÃO: RENDIMENTO
606 FINANCEIRO x META ATUARIAL ano (%): 100,81%; META GERENCIAL (IMA-B)
607 (%): 4,08%; CDI (%): 6,85%; IRF M1 (%): 5,06%; IBOVESPA (%): 6,76%; IBX-50 (%):
608 7,43%; S&P 500 (BRL) (%): 3,07%; S&P 500 (USD) (%): 9,55 %; MSCI ACWI (BRL) (%):
609 2,47%; MSCI ACWI (USD) (%): 8,92%. PERFORMANCE NOS ÚLTIMOS PERÍODOS:
610 ATINGIMENTO DA META ATUARIAL: NOS ÚLTIMOS 3 MESES: 151,26%; NOS
611 ÚLTIMOS 6 MESES: 100,81%; NOS ÚLTIMOS 12 MESES: 127,78%; NOS ÚLTIMOS
612 24 MESES: 121,42%; NOS ÚLTIMOS 36 MESES: 117,12%; NOS ÚLTIMOS 48 MESES:
613 127,46%; DO ANO EM CURSO: 100,81%; DESDE O INÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO
614 DA CARTEIRA: 66,43%; DESDE O INÍCIO DA RIOPRETOPREV: 89,62%. O
615 Presidente Adriano Antônio Pazianoto mostrou a análise de risco da carteira, constatando
616 que todos os segmentos estão dentro dos limites de VaR (Value at Risk) estabelecidos na
617 Política de Investimentos e atendendo, também, à Política de Riscos. Também mostrou,
618 em relação a liquidez da carteira, que 27,35% dos ativos são resgatáveis em até 30 dias,
619 dentro do limite mínimo de 20%. Não havendo dúvidas, colocadas em votação, **restaram**
620 **aprovadas, por unanimidade, as informações sobre os investimentos da entidade no**
621 **mês de junho de 2026.** Em seguida o colegiado analisou as decisões tomadas pelo Comitê
622 de Investimentos nas reuniões ordinárias e extraordinárias do mês de julho/2026 (Interno
623 nº 811/2026), a saber: Reunião extraordinária do dia 01 de julho de 2026: 1) Posse dos membros do
624 Comitê de Investimentos biênio 2026-2028, de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº 566, de

28 de junho de 2018, e de acordo com a deliberação do Conselho Municipal de Previdência em reunião ordinária realizada no dia 14 de maio de 2026, e conforme Portaria nº 689, de 01/07/2026 com efeitos retroativos a 28/06/2026; 2) Atendimento dos Srs. Rodrigo Guide da XP Investimentos e Pedro Vianna da Riza Asset; 3) Indicação do membro Mário José Piccarelli de Castro para participação no evento XP Expert que acontecerá em julho/2026, após recebimento de convite adicional. Reunião ordinária do dia 13 de julho de 2026: 1) Aprovação das atas 270, 271, 272, dos dias 25/05/2026, 02/06/2026 e 08/06/2026, respectivamente; 2) Atendimento do Sr. Marcos Almeida da LDB Consultoria / i9 Advisory; 3) Atendimento do Sr. Marcelo Seibert da ConsigPróprio; 4) Análise do relatório do 1º trimestre 2026 do FIP XP Selection Prime; 5) Deliberação, por unanimidade, pela troca da vinculação do fundo CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FIF RENDA FIXA LONGO PRAZO RESP LIMITADA, CNPJ: 14.508.605/0001-00, para nova conta da Caixa Econômica Federal aberta exclusivamente para o recebimento dos recursos provenientes dos aportes relativos ao repasse do Imposto de Renda. Reunião ordinária do dia 27 de julho de 2026: 1) Aprovação, por unanimidade, das atas nº 273 de 22/06/2026, nº 274 de 01/07/2026 e nº 275 de 13/07/2026; 2) Aprovação, por unanimidade, das informações sobre Investimentos do mês 06/2026, com emissão de parecer favorável quanto à sua precisão e conformidade; 3) Deliberação, por unanimidade, pela utilização de recursos da conta corrente de benefícios da CEF, caso haja recursos disponíveis na data da integralização ou, se necessário, resgate da quantia necessária do fundo CAIXA BRASIL FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 03.737.206/0001-97, para integralização da 4ª Chamada de Capital do XP SELECTION PRIME FEEDER INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, CNPJ: 61.811.959/0001-00; 4) Manutenção, por unanimidade, da deliberação de 08/06/2026 pelo resgate de recursos para pagamento das despesas relativas aos benefícios previdenciários primeiramente do fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA - RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 10.740.670/0001-06, até desinvestimento total do fundo e, não havendo saldo suficiente, resgate do fundo CAIXA BRASIL FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 03.737.206/0001-97, mantendo-se a decisão até nova deliberação; 5) Deliberação, por unanimidade, pela utilização dos recursos do fundo BRADESCO FIF RF REFERENCIADA DI PREMIUM – RL, CNPJ: 03.399.411/0001-90, para pagamento de despesas relativas aos benefícios previdenciários, caso os recursos dos fundos CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA - RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 10.740.670/0001-06 e CAIXA BRASIL FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 03.737.206/0001-97, não sejam suficientes, mantendo-se a decisão até nova deliberação. Então, restaram referendadas, por unanimidade, as decisões do Comitê de Investimentos relativas ao mês de julho de 2026. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, antecipou aos conselheiros informação que será submetida formalmente à

664 apreciação na reunião seguinte. Explicou que, em julho, a RioPretoPrev receberá
665 aproximadamente R\$ 56 milhões em razão do vencimento de títulos públicos e pagamento
666 de cupons de juros, sendo parte referente a juros e parte ao retorno do principal investido.
667 Informou que o Comitê de Investimentos deliberou pela realocação desses recursos em
668 novos títulos públicos, com diferentes prazos de vencimento, buscando assegurar
669 rentabilidade superior à meta atuarial por vários anos. Destacou que a decisão foi tomada
670 após análise das alternativas disponíveis e que, no momento, a manutenção dos recursos
671 em títulos públicos foi considerada a melhor opção para garantir segurança e bom
672 desempenho à carteira da RioPretoPrev. Por fim, registrou que a deliberação será
673 encaminhada formalmente ao Conselho para apreciação. A Conselheira suplente Silvana
674 Aparecida da Rocha Delfino apresentou dúvidas pontuais sobre o Balancete Contábil. Em
675 relação ao item referente a aparelhos e equipamentos médicos, odontológicos, laboratoriais
676 e hospitalares, o Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, esclareceu que se
677 trata de registro patrimonial de bens da RioPretoPrev, e não de despesa do período,
678 abrangendo equipamentos utilizados na estrutura de perícia médica, como maca,
679 computador e instrumentos destinados ao médico perito. Em seguida, Silvana Aparecida
680 da Rocha Delfino questionou valor lançado como previdência complementar, sendo
681 esclarecido por Adriano Antônio Pazianoto que se tratava de contribuição voluntária dele
682 à Prevcom, registrada de forma extraorçamentária, pois o valor é descontado em folha e
683 posteriormente repassado à entidade de previdência complementar. Na sequência, Silvana
684 Aparecida da Rocha Delfino questionou como servidores que recebem gratificações
685 poderiam aderir à contribuição previdenciária sobre essas parcelas, visando eventual reflexo
686 na média remuneratória. Adriano Antônio Pazianoto esclareceu que o pedido deve ser feito
687 junto ao órgão empregador, por meio do respectivo setor de recursos humanos ou
688 departamento de pessoal, cabendo à RioPretoPrev apenas receber os valores e as
689 informações correspondentes, sem processar diretamente a inclusão em folha. O
690 Conselheiro Giuliano Cléber Coltro complementou que o tema já havia sido levantado
691 anteriormente e que, em sua avaliação, cada órgão deverá regulamentar internamente a
692 forma de contribuição sobre gratificações e demais parcelas, sugerindo que os conselheiros
693 interessados também acompanhem e cobrem providências em seus respectivos órgãos.
694 Encerrados os esclarecimentos e não esgotada a pauta, o Presidente do Colegiado, Adriano
695 Antônio Pazianoto, franqueou a palavra ao Diretor-Superintendente para suas
696 considerações finais. Cel. Miguel Elias Daffara, que retornou à reunião após a homenagem
697 aos novos aposentados, informou que levará ao Secretário Municipal de Administração,
698 Frederico Duarte, a preocupação apresentada pela Conselheira suplente Silvana Aparecida
699 da Rocha Delfino quanto à contribuição previdenciária sobre gratificações e à necessidade
700 de maior orientação aos servidores ativos. Esclareceu que a folha dos servidores ativos é de
701 responsabilidade da Prefeitura, cabendo à RioPretoPrev a folha dos aposentados, razão pela
702 qual a operacionalização dessas contribuições depende do ente patronal. Destacou que o

703 Prefeito Municipal tem demonstrado interesse em medidas voltadas à melhoria da futura
704 aposentadoria dos servidores, mas que é necessário ampliar a divulgação e viabilizar a
705 execução prática das possibilidades criadas pela reforma previdenciária. Cel. Miguel Elias
706 Daffara também mencionou a necessidade de melhor aproveitamento dos imóveis da
707 RioPretoPrev, citando visita realizada ao terreno próximo ao campo do América e
708 destacando que a manutenção desses bens gera custos à Autarquia, como obrigações
709 relacionadas a calçadas, cercamento, poda e demais exigências. Reforçou que o objetivo da
710 gestão é reduzir despesas e transformar esses ativos em receita, pois a finalidade da
711 RioPretoPrev não é atuar como imobiliária, mas garantir recursos para o pagamento dos
712 benefícios previdenciários. Por fim, ressaltou que, após alteração legislativa aprovada no
713 ano anterior, servidores antigos, admitidos antes de 2022, passaram a poder aderir
714 voluntariamente à previdência complementar da PREVCOM, medida que também precisa
715 ser mais bem divulgada pela Prefeitura, por envolver desconto em folha dos servidores
716 ativos. A Conselheira suplente Silvana Aparecida da Rocha Delfino sugeriu que a
717 divulgação sobre a adesão voluntária à previdência complementar para servidores admitidos
718 antes de 2022 deixe claro que essa possibilidade não implica, necessariamente, alteração no
719 regime de cálculo da aposentadoria. Ressaltou que, anteriormente, havia receio de adesão
720 em razão da possível migração de regime e limitação ao teto, o que teria desestimulado
721 muitos servidores. O Diretor-Superintendente, Cel. Miguel Elias Daffara, esclareceu que a
722 nova possibilidade permite ao servidor antigo aderir à previdência complementar sem
723 migrar para o regime limitado ao teto, diferentemente dos servidores admitidos a partir de
724 2022, que já estão sujeitos ao teto e contam com previdência complementar. Informou,
725 contudo, que, no caso dos servidores antigos, não há contrapartida da Prefeitura, tratando-
726 se de adesão voluntária, semelhante a uma previdência complementar privada, mas com a
727 segurança e as condições de uma fundação pública. Destacou a importância de uma
728 divulgação cuidadosa, em linguagem acessível, para evitar confusão entre adesão à
729 previdência complementar e migração de regime, que poderia trazer consequências
730 relevantes ao servidor. A Conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério sugeriu que o tema
731 seja divulgado por meio de matéria informativa em veículo de comunicação da Prefeitura,
732 explicando a diferença entre as modalidades e a possibilidade de adesão pelos servidores
733 interessados. Cel. Miguel Elias Daffara acolheu a sugestão e informou que conversará com
734 os diretores para elaboração de texto explicativo a ser encaminhado para publicação. Ao
735 final, o Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto, agradeceu a presença de
736 todos e informou que precisaria encerrar a reunião em razão de outro compromisso.
737 Antecipou que a próxima reunião deverá ter pauta extensa, com diversos documentos
738 relacionados ao Pró-Gestão RPPS para análise e validação pelo Conselho,
739 comprometendo-se a encaminhar o material previamente aos conselheiros. Sem mais, eu,
740 Adriano Antônio Pazianoto (assinatura *digital*), lavro a presente ata que, para fins de
741 consolidação, vai assinada por mim e pela Secretária do Colegiado, Teresa Cristina Sicoli

- 742 Vilela (*assinatura digital*). Ata aprovada, por unanimidade, na reunião virtual de 03/09/2026
743 (reunião ordinária de setembro de 2026). *Assinaturas Digitais na margem do termo.*



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9744-0315-0D45-2D33

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ TERESA CRISTINA SICOLI VILELA (CPF 080.XXX.XXX-32) em 03/09/2026 16:05:29 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ GIULIANO CLEBER COLTRO (CPF 213.XXX.XXX-59) em 03/09/2026 16:14:24 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 G2 << AC SOLUTI v5 G2 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ ROSIMERE CLEIDE SOUZA DESIDERIO (CPF 161.XXX.XXX-36) em 03/09/2026 19:43:09 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO (CPF 219.XXX.XXX-01) em 04/09/2026 08:59:30 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BRUNO SANTANA COSTA (CPF 070.XXX.XXX-84) em 04/09/2026 12:02:12 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ROSYCARMEN PONTES GESTAL ALVARES (CPF 127.XXX.XXX-46) em 15/09/2026 12:21:52 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ SILVANA APARECIDA DA ROCHA DELFINO (CPF 250.XXX.XXX-16) em 22/09/2026 13:01:33 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/9744-0315-0D45-2D33>